

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2026 (Do Senhor Helio Lopes)

Requer a convocação do **Ministro de Estado das Relações Exteriores, Senhor Mauro Vieira**, para prestar esclarecimentos acerca de manifestações atribuídas à **encarregada de negócios da Embaixada do Brasil em Burkina Faso**, envolvendo comunicação diplomática relacionada ao regime iraniano e referências ao Estado de Israel, conforme matérias jornalísticas amplamente divulgadas.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja convocado o **Ministro de Estado das Relações Exteriores, Senhor Mauro Vieira**, para prestar esclarecimentos a esta Comissão acerca de manifestações atribuídas à diplomata **Claudia Assaf Bastos**, atualmente encarregada de negócios da Embaixada do Brasil em Burkina Faso, bem como sobre eventual comunicação diplomática encaminhada ao Ministério das Relações Exteriores e as orientações institucionais transmitidas pelo Itamaraty no contexto do episódio.

JUSTIFICAÇÃO

Compete à **Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados** acompanhar e fiscalizar a condução da política externa brasileira, bem como examinar fatos que possam repercutir nas relações internacionais do País.



Reportagens divulgadas pela imprensa nacional trouxeram a público informações que suscitam questionamentos relevantes acerca da atuação da diplomata **Claudia Assaf Bastos**, atualmente encarregada de negócios da Embaixada do Brasil em **Burkina Faso**.

1. **De acordo com reportagem publicada pelo portal SBT News**, em coluna assinada pela jornalista Nathalia Fruet¹, a diplomata teria encaminhado **telegrama ao Ministério das Relações Exteriores** manifestando intenção de assinar livro de condolências da Embaixada da República Islâmica do Irã em Burkina Faso pela morte do líder supremo iraniano **Ali Khamenei**. Segundo a reportagem, a diplomata teria indicado que, caso não houvesse orientação oficial em sentido contrário por parte do governo brasileiro, assinaria o documento lamentando a morte do líder iraniano e manifestando apoio ao regime daquele país.
2. **Conforme relatado na mesma reportagem**, o telegrama teria sido encaminhado ao Ministério das Relações Exteriores e analisado internamente no âmbito do Itamaraty em momento de elevada sensibilidade diplomática, relacionado às tensões no Oriente Médio e às posições adotadas pelo Brasil em fóruns internacionais.
3. **Nos termos da reportagem publicada na Coluna Cláudio Humberto, do portal Diário do Poder**², a diplomata teria se referido ao líder iraniano como vítima de “martírio” e teria evitado mencionar nominalmente o **Estado de Israel**, referindo-se ao país como “potência ocupante”.
4. Ainda segundo as matérias jornalísticas mencionadas, a comunicação diplomática teria sido encaminhada ao Ministério das Relações Exteriores, o que suscita questionamentos acerca das orientações transmitidas pelo Itamaraty e da eventual posição institucional do governo brasileiro sobre o episódio.

¹ FRUET, Nathalia. **Diplomata brasileira pede ao Itamaraty para dar condolências pela morte de Ali Khamenei e apoio ao regime do Irã**. SBT News, Brasília, 6 mar. 2026. Disponível em: <https://sbtnews.sbt.com.br/colunas/coluna-da-nathalia-fruet/diplomata-brasileira-pede-ao-itamaraty-para-dar-condolencias-pela-morte-de-ali-khamenei-e-apoio-ao-regime-do-ira>. Acesso em: 6 mar. 2026.

² HUMBERTO, Cláudio. **Embaixadora ativista do Brasil vê “martírio” do tirano do Irã**. Diário do Poder, Brasília, 2026. Disponível em: <https://diariodopoder.com.br/exteriores/ttc-internacional/embaixadora-ativista-do-brasil-ve-martirio-do-tirano-do-ira>. Acesso em: 6 mar. 2026.



Essas informações, provenientes de **fontes jornalísticas independentes**, indicam a existência de comunicação diplomática oficial encaminhada ao Ministério das Relações Exteriores e suscitam questionamentos acerca das orientações transmitidas pelo Itamaraty e da eventual posição institucional do governo brasileiro sobre o episódio.

Diante da repercussão pública do caso e da relevância do tema para a política externa brasileira, mostra-se necessário que o **Ministro de Estado das Relações Exteriores compareça a esta Comissão** para prestar os devidos esclarecimentos.

Sala das Comissões, em 06 de março de 2026.

Deputado HELIO LOPES
PL/RJ

